



Eixo: Serviço Social, fundamentos, formação e trabalho profissional
Sub-eixo: Formação profissional

O SERVIÇO SOCIAL E AS QUESTÕES DA TERRA: NAS TRILHAS DA FORMAÇÃO CRÍTICA

MARIA HELENA CARIAGA¹

Resumo: Este texto trata do caminho trilhado para criação do curso de Serviço Social e as questões da terra, na Universidade Federal do Tocantins, campus de Miracema por meio da política de educação do campo, Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária, com o objetivo formar pessoas dos assentamentos, que vivenciam as desigualdades econômicas, sociais, que também se expressam na educação superior, a metodologia do curso se apoia nos na pedagogia da alternância, nas Diretrizes curriculares e as legislações específicas do Serviço Social, dos direitos sociais na perspectiva histórica, o curso de Serviço Social pretende formar 60 assistentes sociais.

Palavras chaves: Política de educação. Formação profissional. Serviço social.

Abstract: This text addresses the path taken to create the course of Social Service and land issues at the Federal University of Tocantins, Miracema campus through the education policy of the countryside, National Program for Education in Agrarian Reform, with the objective of training people of the settlements, which experience economic and social inequalities, which are also expressed in higher education, the methodology of the course is based on the pedagogy of alternation, the Curricular Guidelines and the specific legislation of Social Service, social rights in historical perspective, course of Social Service intends to train 60 social workers.

Key words: Education policy. Professional qualification. Social work.

Aprenda o mais simples!

Para aqueles cuja a hora chegou,

Nunca é tarde demais!

B. Brecht

INTRODUÇÃO

O curso de Serviço Social e Questões da Terra/UFT/Pronera proposta que se iniciou em 2015, uma demanda que se materializou pelos trabalhadores da zona rural dos assentamentos da reforma agrária, após contato com os professores da Universidade Federal do Tocantins, com a entrega de ofício solicitando ao Campus de

¹ Professor com formação em Serviço Social, Universidade Federal do Tocantins. E-mail: <mhcariaga@gmail.com>.

Miracema a criação do Curso de Serviço Social. O curso será financiado por meio da política de educação do campo do Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária – Pronera. A abrangência do projeto será para os (as) estudantes das áreas de assentamentos rurais do estado do Tocantins. A partir disso uma comissão de docentes, elaborou e aprovou em Colegiado do curso de Serviço social e no Conselho Diretor do Campus de Miracema no ano de 2015.

Após aprovada nas instâncias do campus, a proposta de curso foi encaminhada ao INCRA. Em 2016, no dia 18 de janeiro o projeto foi protocolado na SOCS Secretaria de Órgãos Colegiados Superiores que ficou parado (sem análise) devido à incerteza quanto a aprovação e liberação de recursos junto ao Incra, provenientes do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA). Em relação a esse recurso, foram realizados vários ajustes a pedido do Incra, no plano de trabalho e também no cronograma de atividades. Desta forma, o recurso só foi empenhado em dezembro de 2017 foi a partir de então é que o projeto de curso foi retomado, conforme as orientações da Prograd em fevereiro de 2018 e finalmente colocado para para análise e aprovação e a criação do curso, esclarecemos que o mesmo será financiado com recurso do Incra/MDA em convenio com a Universidade Federal do Tocantins e será destinado para 60 vagas, a ser cumprido em quatro anos.

OS MOVIMENTOS E AS APROXIMAÇÕES PARA UMA FORMAÇÃO EM SERVIÇO SOCIAL

O curso de Serviço Social e as questões da Terra, previsto para iniciar ainda em 2018, ao ser implementado no campus de Miracema irá materializar o compromisso da Universidade Federal do Tocantins frente aos movimentos sociais e demais comunidades rurais, ribeirinhas, indígenas e as populações atingidos por barragens. Conforme a missão institucional de,

Formar profissionais cidadãos e produzir conhecimento com inovação e qualidade que contribuam para o desenvolvimento socioambiental do Estado do Tocantins e da Amazônia Legal. Uma instituição de educação que tem como visão para o futuro, ser reconhecida nacionalmente até 2022, pela excelência no ensino, pesquisa e extensão.²

Para a promoção da missão a UFT declara e promove os seguintes valores: Respeito à vida e à diversidade; Transparência; Comprometimento com a qualidade; Criatividade e inovação; Responsabilidade social e Equidade

² Texto disponível em: <http://ww2.uft.edu.br/index.php/pdi/missao-visao-e-valores>

Para atender as demandas postas para o curso, destacamos que a realização, os custos do curso serão financiados pelo convenio como já foi citado e conforme o plano de trabalho detalhando o desembolso por parte do INCRA destinado aos cursos mantidos pelo PRONERA. Enfatizamos que os dados do II PNERA (2015)³, aponta que no Estado do Tocantins ainda não tem nenhum curso de nível superior ofertado aos trabalhadores e trabalhadoras rurais, essa ausência evidencia uma demanda reprimida que necessita ser atendida em função do número das populações que vivem na área rural. Principalmente porque é no campo que as desigualdades sociais se acirram, com uma profunda concentração de renda da terra para os latifundiários, ampliando a distância e dificultando o acesso a qualificação profissional dos jovens que estão na condição de moradores do campo. É visível e grande o contingente de população empobrecida, conforme dados do IBGE 2010 da população brasileira que reside em áreas rurais, entre as pessoas em extrema pobreza elas representam quase a metade (46,7%).

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB, Lei n. 9.394 de 1996, torna oportuno e normatiza e define as Diretrizes Gerais para o curso de Serviço Social, estabelece um patamar que assegure ao mesmo tempo a flexibilidade, descentralização e pluralidade no ensino em Serviço Social, de modo a acompanhar as profundas transformações da ciência e da tecnologia na contemporaneidade.(CRESS/9ª REGIÃO, 2004, p 57).

Conforme, dados do Anuário Brasileiro da Educação Básica 2012, no Tocantins, na zona rural tem 386.809 em idade escolar, a taxa de analfabetismo é 13,01% de pessoas com 15 anos de idade ou mais, esses dados também demonstram o quanto são necessários investimentos em educação para a população da zona rural.

Nessa direção que a trajetória da criação do curso passou por vários momentos neste percurso de dois anos, questionamentos por parte dos órgãos reguladores do interesse, neste caso o INCRA. Primeiramente foram os tramites para a formulação do projeto no âmbito do plano de trabalho, que foram devidamente respondidos conforme explicitamos nos aos pareceres solicitados que para a execução do projeto Curso de Graduação de Serviço Social, no âmbito do Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária – PRONERA.

A UFT terá que executar a proposta por meio da Fundação de Apoio que é entidade credenciada junto aos Ministérios da Educação (MEC) e Ciência, Tecnologia,

³ Relatório da II Pesquisa Nacional sobre a Educação na Reforma Agrária – II PNERA(2015)

Inovações e Comunicações (MCTI), por meio da Portaria Conjunta nº 17, de 18 de abril de 2016. Caberá a fundação dar suporte a projetos de pesquisa, ensino e extensão e de desenvolvimento institucional, científico e tecnológico de interesse das instituições apoiadas e, primordialmente, ao desenvolvimento da inovação e da pesquisa científica e tecnológica, criando condições mais propícias a que as instituições apoiadas estabeleçam relações com o ambiente externo, a mesma somente executa atividades de forma parcial, uma vez que o objeto pactuado deve ser na sua parte didática e pedagógica de responsabilidade da IFES.

A Universidade Federal do Tocantins atua na direção de cumprir sua missão, de ampliar e de gerar fatores externos positivos, indutores de desenvolvimento econômico e de formação profissional para todas as pessoas que vivem nesse Estado. Quanto à participação dos movimentos sociais, destaca-se o compromisso da Universidade Federal do Tocantins em divulgar por meio de edital para o vestibular onde será expresso que este será destinado a todos aqueles que residem nos assentamentos, independente da etnia, credo e ideologia política.

A organização curricular proposta no Projeto Pedagógico do Curso de Serviço Social e as questões da terra, do campus de Miracema está fundamentada nas Diretrizes Gerais para o curso de Serviço Social da ABEPSS (Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social) e nas Diretrizes Curriculares para os cursos de Serviço Social Resolução CNE/CES Nº 15, de 13 de março de 2002.

Sua atenção será especificamente para as áreas de assentamentos do estado do Tocantins, aos participantes do Movimento Sem Terra, boa parte da população do campo que não tem garantido seu direito de acesso ao ensino superior e sua realidade os coloca em uma situação de subalternidade, em relação os moradores da zona urbana que já tem como habitat *o lócus* das universidades. A zona rural têm poucas alternativas de inserção no ensino superior, seus moradores principais são as famílias e comunidades de camponeses, pequenos agricultores, sem-terra, e educadores e estudantes das escolas públicas e comunitárias do campo.

Nessa direção compreende-se que essa modalidade de formação além de considerar a realidade desse segmento da população fortalece a permanência dos jovens no campo, questão de relevância compreendendo que a produção rural, possibilita o abastecimento de diversos gêneros alimentícios para o país por meio da agricultura familiar.

A proposta de formação e a metodologia de ensino e os aportes teórico-metodológicos da proposta no Projeto Pedagógico do Curso, também se apoiam no Código de Ética, nos seus 11 princípios que norteiam o exercício profissional, e demais legislações da profissão, adentrando ao campo específico do Serviço Social.

Tratando do objeto da profissão, a questão social e da desigualdade social na perspectiva histórica, enfatizando os aspectos políticos econômicos e sociais, apoiada na pedagógica da alternância com dois momentos, a universidade, e o outro denominada de tempo escola e, de tempo comunidade. Os resultados esperados do curso de Serviço Social são de formar 60 assistentes sociais em quatro anos para atuarem nas comunidades e nos movimentos sociais existentes no campo.

A UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS E SUA HISTÓRIA

A Universidade Federal do Tocantins (UFT) foi instituída em 23 de outubro de 2000 pela Lei nº 10.032 a partir da transferência dos cursos e da infraestrutura da Universidade do Tocantins (Unitins), mantida pelo Estado do Tocantins. Embora tenha sido criada no ano 2000, a UFT só teve sua implantação efetiva em maio de 2003, com a posse dos primeiros professores da Instituição.

Em 18 de abril de 2001 foi nomeada a primeira Comissão Especial de Implantação da Universidade Federal do Tocantins pelo então Ministro da Educação, Paulo Renato, por meio da Portaria de nº 717/2001. Esta comissão teve entre seus objetivos elaborar o Estatuto e um projeto de estruturação da nova universidade. Como presidente dessa comissão foi designado o professor doutor Eurípedes Vieira Falcão, ex-reitor da Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

Depois de dissolvida a primeira comissão designada com a finalidade de implantar a UFT, em 2002 uma nova etapa foi iniciada. Para esta nova fase, foi assinado o Decreto nº 4.279, de 21 de junho de 2002, atribuindo à Universidade de Brasília (UnB) competências para tomar as providências necessárias à implantação da UFT. Para tanto, foi designado o professor doutor Lauro Morhy, na época reitor da UnB, para o cargo de reitor pro tempore da UFT.

Em 17 de julho do mesmo ano foi firmado o Acordo de Cooperação nº 01/2002 entre a União, o Estado do Tocantins, a Unitins e a UFT, com interveniência da Universidade de Brasília, com o objetivo de viabilizar a implantação definitiva da Universidade Federal do Tocantins. Com essas ações, iniciou-se uma série de

encaminhamentos jurídicos e burocráticos, além dos procedimentos estratégicos que estabeleçam funções e responsabilidades a cada um dos órgãos representados.

Com a posse dos professores, foi desencadeado o processo de realização da primeira eleição dos diretores de campus da Universidade. Já finalizado o prazo dos trabalhos da comissão comandada pela UnB, foi indicada uma nova comissão de implantação pelo ministro Cristovam Buarque. Na ocasião, foi convidado para reitor pro tempore o professor Dr. Sergio Paulo Moreyra, professor titular aposentado da Universidade Federal de Goiás (UFG) e assessor do Ministério da Educação. Entre os membros dessa comissão, foi designado, por meio da Portaria nº 02, de 19 de agosto de 2003, o professor mestre Zezuka Pereira da Silva, também professor titular aposentado da UFG para o cargo de coordenador do Gabinete da UFT.

Esta comissão elaborou e organizou as minutas do Estatuto e do Regimento Geral da UFT, e o processo de transferência dos cursos da Universidade do Estado do Tocantins (Unitins), que foram submetidos ao Ministério da Educação e ao Conselho Nacional de Educação (CNE). Foram criadas as comissões de Graduação, de Pesquisa e Pós-Graduação, de Extensão, Cultura e Assuntos Comunitários e de Administração e Finanças. A comissão ainda preparou e coordenou a realização da primeira consulta acadêmica para reitor e vice-reitor da UFT, que ocorreu no dia 20 de agosto de 2003, na qual foi escolhido como reitor o professor Alan Barbiero.

No ano de 2004, por meio da Portaria nº 658, de 17 de março de 2004, o ministro da educação, Tarso Genro, homologou o Estatuto da Fundação, aprovado pelo Conselho Nacional de Educação (CNE), o que tornou possível a criação e instalação dos Órgãos Colegiados Superiores: o Conselho Universitário (Consuni) e o Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão (Consepe).

Com a instalação desses órgãos foi possível consolidar as ações inerentes à escolha de reitor e vice-reitor, conforme as diretrizes estabelecidas pela Lei nº 9.192/95, que regulamenta o processo de escolha de dirigentes das instituições federais de ensino superior por meio da análise da lista tríplice. Com a homologação do Estatuto da Fundação Universidade Federal do Tocantins, também foi realizada a convalidação dos cursos de graduação e os atos legais praticados até aquele momento pela Fundação Universidade do Tocantins (Unitins). Por meio desse processo, a UFT incorporou todos os cursos de graduação e também o curso de Mestrado em Ciências do Ambiente, que já era ofertado pela Unitins, bem como, fez a

absorção de mais de oito mil alunos, além de equipamentos e da estrutura física dos sete câmpus, incluindo prédios em construção.

A UFT foi a primeira universidade brasileira a receber estudantes por meio de cotas, para os indígenas e quilombolas em seus processos seletivos. A reserva de vagas foi instituída desde o primeiro vestibular da Instituição, realizado em 2004, é pioneira na inclusão de jovens na educação pública, no âmbito da formação profissional.

A criação e a implantação da UFT representou uma grande conquista para o povo tocantinense e a Universidade não para de crescer, ocupa hoje um espaço na produção de conhecimento e tecnologia no estado, tendo passado de cerca de 8 mil alunos e 25 cursos de graduação, em 2003, para mais de 20 mil alunos, em 57 cursos de graduação e 30 programas de pós-graduação atualmente com 13 anos de existência. ⁴

De acordo com a Associação Nacional dos Docente do Ensino Superior ANDES, a universidade como importante patrimônio social, se caracteriza pela sua necessária dimensão de universalidade na produção e transmissão de experiência cultural e científica da sociedade. (ANDES, 1996)

O Tocantins se caracteriza por ser um Estado multicultural. De acordo com o Andes, que esta dimensão publica das instituições de ensino superior se efetiva simultaneamente pela sua capacidade representação social, cultural, intelectual e científica. (idem, 1996).

O caráter heterogêneo de sua população coloca para a UFT o desafio de promover práticas educativas que promovam o ser humano e que possam elevar o nível de vida de sua população. A UFT nesse contexto social atua por meio dos seus diversos cursos de graduação, programas de pós-graduação, em nível de mestrado, doutorado e cursos de especialização integrados a projetos de pesquisa e extensão que, de forma indissociável, propiciam a formação de profissionais e produzem conhecimentos que contribuem para a transformação e desenvolvimento do estado do Tocantins. Os investimentos em ensino, pesquisa e extensão na UFT buscam estabelecer uma sintonia com as especificidades do Estado demonstrando, sobretudo, o compromisso social desta Universidade para com a sociedade em que está inserida.

⁴ <http://ww2.uft.edu.br/index.php/acessoainformacao/institucional/historia>

As diversas formas de territorialidades no Tocantins merecem ser conhecidas. As ocupações do estado pelos indígenas, com várias etnias e territórios e também os afro-descendentes, entre outros grupos. Os estudos realizados revelam as múltiplas identidades e as diversas manifestações culturais presentes na realidade do Tocantins, bem como as questões da territorialidade como princípio para um ideal de integração e desenvolvimento local.

A UFT tem, portanto, o compromisso com a melhoria do nível de escolaridade no Estado, oferecendo uma educação pública de qualidade com ações voltadas para a educação indígena, quilombolas e a educação rural de jovens e adultos, por meio da educação escolar regular na formação de profissionais e educadores que atuam nos sistemas e redes de ensino nas escolas do Estado do Tocantins e dos estados circunvizinhos.

O SERVIÇO SOCIAL DA UFT: DA ORIGEM A CONSOLIDAÇÃO

No Brasil os cursos de formação superior são implantados no final da década de 1930. A primeira escola de Serviço Social foi criada em 1936 em São Paulo.

As primeiras escolas de Serviço Social região Norte, foram criadas na década de 1950, a primeira no estado do Amazonas e a segunda no estado do Pará. Ambas reconhecidas enquanto curso de nível superior apenas na década de 1960. Permaneceram apenas essas duas experiências em universidades públicas até a criação do curso de Serviço Social no estado do Tocantins na UFT, em 2006. Portanto, trata-se atualmente de três escolas públicas na região norte que tem oferecido o curso de Serviço Social.⁵

Em relação às escolas privadas na região norte, na década de 1980, houve um investimento maciço na formação dos assistentes sociais através de escolas privadas, iniciado no Estado do Pará pela UNAMA – Universidade do Amazonas, e seguido pelo Amapá através do IMMES – Instituto Macapaense de Ensino Superior. No estado de Tocantins, a formação do assistente social também tem sido orientada pela lógica da privatização do ensino superior.

Com a crescente privatização do ensino de graduação, a proliferação da modalidade ensino à distância, o curso de Serviço Social da UFT vem contrapor essa lógica, comprometendo-se na defesa do ensino superior público e de qualidade e,

⁵ Parte do texto retirado do PPC / 2010 do curso de Serviço Social do campus de Miracema.

procurando apreender o cenário internacional, latino-americano, nacional e regional das necessidades humanas, que são fundamentais para construir alternativas de intervenção profissional comprometida com a construção de uma sociedade igualitária, que está contido no projeto ético-político profissional.

Diante desse cenário, a implantação do curso de Serviço Social na UFT, com dez anos de criação, vem reforçar a concepção de ensino superior de qualidade e público, atendendo a uma demanda de formação de assistentes sociais na Região Norte, bem como, também terá o compromisso com a capacitação constante de profissionais graduados que se encontram atuando profissionalmente em todo o estado do Tocantins.

Por tratar-se da terceira escola pública a implantar o curso de Serviço Social da região Norte, deve-se ressaltar que essa iniciativa é muito relevante, uma vez que esta região e o estado do Tocantins possuem uma carência de profissionais de Serviço Social. Portanto, a formação profissional também deverá levar em consideração a análise da conjuntura socioeconômica e política internacional, nacional, regional e local, bem como considerar as estreitas relações do estado do Tocantins com as regiões Norte e Centro-oeste.

Uma peculiaridade importante no estado do Tocantins, trata-se das características rurais diferenciadas da média nacional que conta com uma população rural bem menor que na região de desenvolvimento do Projeto Pronera. Conforme pode ser observada na Tabela 1, que se refere ao índice da população rural dos municípios com até 20 mil habitantes, onde a soma dessa população atinge a marca de 35,04%.

O estado do Tocantins possui 139 municípios, conta com cidades que possuem população de até 20 mil habitantes correspondem a 92,8% do total de municípios e abrigam 51% da população, e é nesses municípios que se encontram a população de demandatária do projeto de curso em Serviço Social e as Questões da Terra/ Pronera.

ORGANIZAÇÃO CURRICULAR E A PARTICULARIDADE

A formação profissional em Serviço Social é composta por um conjunto de conhecimentos indissociáveis que se apoiam nos três eixos que se articulam ao ensino, pesquisa e extensão, a saber: Fundamentos Históricos do Serviço Social; Teoria e Metodologia do Serviço Social; Políticas Públicas e Sociais e Prática

Profissional. Esses eixos que aportam a formação visam o desenvolvimento das competências, atitudes e habilidades exigidas para a formação do Assistente Social estão garantidas pela Lei 8.662, de 7 de junho de 1993 que dispõe sobre a profissão do Assistente social e dá outras providências.

O Projeto Pedagógico do Curso de Serviço Social e as Questões da Terra, do campus de Miracema está fundamentada nas Diretrizes Gerais para o curso de Serviço Social da ABEPSS (Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social) e nas Diretrizes Curriculares para os cursos de Serviço Social, conforme a Resolução CNE/CES Nº 15, de 13 de março de 2002. Acrescentamos que o projeto foi elaborado conforme o Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária – Pronera – do Governo Federal e atende aos requisitos contidos no Manual Operacional, aprovado pela Portaria/ INCRA/P/Nº 19, de 15.01.2016. Destacamos aqui alguns dos objetivos do Curso:

Formar bacharéis em Serviço Social dotados de competência em sua área de atuação, como uma formação generalista, intelectual e cultural, munidos do acervo de conhecimentos capazes de apreender e analisar, avaliar, propor, intervir e executar seu trabalho social nas complexas relações sociais produzidas e reproduzidas na vida social em âmbito público e privado visando atender às demandas sociais. Cabe também formar Assistentes Sociais que atendam às necessidades das Áreas de Reforma Agrária, sendo capazes de compreender e intervir nas expressões da questão social que se evidenciam nas populações que vivem no campo.

Preparar profissionais para intervir nos processos sociais decorrentes da organização da produção rural, na perspectiva de fortalecimento da agricultura familiar e da Reforma Agrária voltada para as demandas e interesses dos (as) trabalhadores (as) rurais. Articular as diferentes áreas do conhecimento, por meio do caráter interdisciplinar, possibilitando a compreensão das implicações da prática profissional no contexto das relações de classe no mundo rural contemporâneo e redefini-las para efetivação dos direitos sociais.

O Curso de Serviço Social compete preparar os profissionais para atuarem nas expressões da questão social, formulando e implementando propostas de intervenção para seu enfrentamento no conjunto das relações sociais e no mercado de trabalho e, sobretudo, comprometido com os valores e princípios do Código de Ética Profissional do Assistente Social.

Para tanto, o Projeto Pedagógico do Curso de Serviço Social da UFT propõe construir um perfil profissional para “ construir uma abordagem do Serviço Social na ótica da totalidade: em suas múltiplas relações com a esfera da produção e reprodução da vida social com as instancias de poder e coma representações culturais científicas e ético políticas.” (IAMAMOTO, 2001:191).

De acordo também com as orientações da ABEPSS/MEC e Resolução CNE/CP nº 15, de 13 de março de 2002, estes princípios definem as diretrizes curriculares da formação profissional e implicam capacitação teórico-metodológica, ético-política e técnico-operativa do profissional de Serviço Social. Essas são as competências gerais a serem desenvolvidas pelo aluno ao longo da formação profissional, destacamos dentre elas algumas.

Rigorous trato teórico, histórico e metodológico da realidade social e do Serviço, que possibilite a compreensão dos problemas e desafios com os quais o profissional se defronta no universo da produção e reprodução da vida social.
Estabelecimento das dimensões investigativas e interventiva como princípios formativos e condição central da formação profissional e da relação teoria e realidade. (CRESS/SP, 2004, 55).

O curso de Serviço Social e as Questões da Terra do PRONERA/UFT tem por princípio metodológico a interdisciplinaridade, o desenvolvimento do espírito crítico e científico, o comprometimento com a formação de sujeitos autônomos e com a emancipação humana. Entretanto, por tratar-se de uma turma especial de um Projeto de formação específico do Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária (Pronera) junto às comunidades rurais.

A metodologia e um calendário que deverá atender “às reais necessidades dos alunos do campo, bem como flexibilidade na organização escolar, incluindo adequação do calendário escolar às fases do ciclo agrícola e às condições climáticas”. (Manual Pronera,2014, p. 40).

Para tanto a escolha de estratégias metodológicas permitirá que o aluno adquira informações e, ao mesmo tempo elabore e reelabore o seu conhecimento, enriquecidos das informações e das bases teóricas do Serviço Social.

Nessa perspectiva, as aulas devem ocorrer não somente na universidade, mas deve extrapolar os muros universitários e se comungar com outros espaços públicos que proporcionem a articulação da teoria com a prática. Segundo lamamoto,

uma qualidade de formação que, sendo culta e atenta ao nosso tempo, seja capaz de antecipar problemáticas concernente à pratica profissional e de fomentar a formulação de propostas profissionais, que vislumbrem

alternativas de políticas calcadas no protagonismo dos sujeitos sociais, porque atenta à vida presente e a seus desdobramentos. (IAMAMOTO, 2002, 195).

Para melhor compreensão da realidade social, as atividades de tempo escola, são aquelas que se apresentam da seguinte maneira conforme as experiências dos cursos de graduação do PRONERA, estabelecemos a proposta pedagógica em dois momentos, uma de 70% da disciplina na universidade, denominada de tempo escola e os demais 30%, de tempo comunidade, sob a forma de trabalho dirigido e executado na própria comunidade.

O tempo escola consiste num momento intensivo com a presença direta dos(as) estudantes na Universidade Federal do Tocantins-campus Miracema, onde participarão de atividades organizadas através de tempos educativos (aulas, oficinas, atividades complementares, trabalhos, grupos de estudos, seminários, pesquisas e atividades práticas, extensão, pesquisas e etc.), de acordo com a proposta metodológica de cada disciplina. Este tempo presencial terá como procedimento didático fundamental a perspectiva dialógica.

As atividades do tempo comunidade, esse momento é o tempo de retorno a sua comunidade de origem e para a atuação direta dos estudantes no cotidiano do seu local de moradia. Com a realização de trabalhos das disciplinas das unidades curriculares numa perspectiva interdisciplinar, integrados às atividades nas organizações em que estão engajados. Essas atividades atendem a um planejamento prévio, articulando a formação teórica com a prática. O tempo escola e tempo comunidade constituem a unidade do semestre e serão articulados de forma a garantir a realização das atividades pedagógicas previstas em cada disciplina.

No tempo comunidade os (as) estudantes realizarão atividades específicas de conhecimento da particularidade da realidade social local, além da finalização dos trabalhos das disciplinas, conforme prevê o cronograma. As atividades desenvolvidas durante o tempo comunidade serão avaliadas e incorporadas, a cada etapa, no tempo escola e devidamente acompanhadas por um professor da disciplina em parceria com o professor orientador. Sendo que caberá ao professor da disciplina propor em seu plano de curso as atividades, oficinas e seminários.

Essas atividades serão realizadas por meio de visitas e o professor orientador terá todo o apoio administrativo e pedagógico para o agendamento com os alunos, os dias que estará no assentamento, além encontrar um local mais adequado onde possa se reunir com os estudantes em uma perspectiva de potencializar recursos locais e de

contribuir com a produção de conhecimento acerca do tempo comunidade em atividades em grupo, de forma interdisciplinar. No decorrer do tempo comunidade será necessário que os acadêmicos (as) recebam essa visita a fim de terem suas atividades acompanhadas com a orientação docente.

No tempo comunidade estão previstos os estudos complementares das disciplinas – preparados pelos professores/as do curso como forma de garantir a interdisciplinaridade e a continuidade do conhecimento. Caberá ao professor orientador acompanhar a elaboração dos registros no Caderno de Acompanhamento - de todas as atividades (práticas e teóricas) realizadas, em parceria com o professor da disciplina e ainda da coordenação pedagógica.

Todos os tempos, com exceção do tempo escola são apenas uma referência na montagem da proposta metodológica, podendo ser flexibilizada de acordo com o processo pedagógico do curso e não numa ordem rígida. A carga horária da Prática de estágio é presencial e de campo será presencial e a distância, sendo realizados os registros no caderno de acompanhamento e a socialização das atividades desenvolvidas serão presenciais.

O acompanhamento e a avaliação das atividades do tempo comunidade serão realizados pelo professor orientador, pela coordenação pedagógica, pelos professores das disciplinas e pelos/as monitores/as.

Esta proposta de educação dispõe de um coordenador geral, um coordenador pedagógico e um professor orientador, professores das disciplinas que são responsáveis pela execução geral das atividades pedagógicas e práticas do projeto e dez monitores estudantes do da turma de Serviço Social e as questões da Terra, que terá a função de acompanhar as visitas nos assentamentos e Reassentamentos, acompanhando o coordenador professor orientador.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com a implementação do curso de Serviço Social e as questões da Terra, os objetivos previstos na UFT serão materializado e também agregando a oportunidade de habilitar profissionais para trabalharem como Assistentes Sociais como preconiza o Código Ética profissional em um dos seus 11 princípios, visando a ampliação e a consolidação da cidadania, com vistas a a garantido dos direitos sociais e políticos da classes trabalhadoras (CRESS/SP.2004,p.38). Esses profissionais podem atuar em

instituições públicas e privadas, governamentais e não-governamentais, tais como: empresas, instituições de assistência social, educação, saúde, lazer, sistema penitenciário, de seguridade social e movimentos sociais, ocupando as funções de planejamento, administração, execução, monitoramento e avaliação de projetos e programas sociais.

Profissionais provenientes das camadas pobres, sem acesso a educação, sem moradia fixa, pois, vivem em assentamentos, longe da cidade, sem lazer, sem saúde e transporte público, onde as políticas públicas pouco chegam, não alcançam a população que está esquecida pelo poder público, uma contradição entre o direito e a sua materialidade. Outra possibilidade vivencia acadêmica e na diversidade cultural que os movimentos sociais possuem no cotidiano, essas práticas podem ser ampliados e mais ainda qualificar politicamente os debates com maior envolvimento e participação estudantil dos outros cursos que temos no campus de Miracema.

É uma oportunidade que o curso de Serviço Social tem de se colocar lado a lado da luta dos trabalhadores, por melhores condições de vida, por melhorias na educação e na conquista de espaços sócio ocupacionais para os assistentes sociais.

É com essa formação interdisciplinar, que esses Assistentes Sociais irão intervir no mercado de trabalho, pois o espaço sócio ocupacional é amplo e com múltiplas possibilidades, nos espaços institucionais, tais como: secretarias estaduais e municipais, ambulatórios, presídios, judiciário, instituições asilares, empresas industriais e comerciais, órgãos de planejamento; demais associações, sindicatos, organizações comunitárias, Conselhos Municipais e outros conselhos, até os espaços alternativos urbanos e rurais como: cooperativas, organizações sociais, unidades de produção coletiva tipo assentamentos rurais e áreas de Reforma agrária.

A formação dos assistentes sociais por meio da política de educação do campo, Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária – PRONERA ao final de quatro anos teremos formados os jovens e adultos do meio rural que residem nos assentamentos e vivenciam as desigualdades econômicas, sociais, que também são desigualdades educacionais e escolares. Enfatizamos que o projeto pedagógico do Curso de Serviço Social -PPC, modalidade PRONERA foi elaborado conforme manual aprovado em Brasília pela portaria/INCRA/P/n. 19 de 15/01/2016. Este cumpre a função destinada ao Projeto Básico do PRONERA e tem a participação direta do Movimento Sem Terra por meio da sua coordenação estadual. O mesmo contempla os referidos itens: Público participante, carga horária e metodologia, processo seletivo,

recursos humanos, colegiado de coordenação, relatório de execução, exigência das Instituições e prazo para a formação de 60 assistentes sociais em quatro anos, no estado, campus universitário de Miracema- Universidade Federal do Tocantins.

REFERÊNCIAS

ANDES, SINDICATO NACIONAL DOS DOCENTES DAS INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR. Proposta. 2. ed. rev. atual. **Cadernos Andes**, Brasília, 1996.

BRASIL. Incra. **Manual do Pronera**. Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária Manual de Operações. Brasília, DF, 2014.

_____. Relatório da II Pesquisa Nacional sobre a Educação na Reforma Agrária – II PNERA. Brasília- DF: Ipea; Incra; Unesp, 2015.

CRESS-SP (Org.). Legislação para o serviço social: coletânea de leis, decretos e regulamentações par instrumentação da(do) assistente social. São Paulo, 2004.

IAMAMOTO, M. V. **O serviço Social na Contemporaneidade**: trabalho e formação profissional. São Paulo: Cortez, 2001.

PDI. Texto disponível em: <<http://ww2.uft.edu.br/index.php/pdi/missao-visao-e-valores>>.

PPC/ UFT. **Projeto Pedagógico do curso de Serviço Social do campus de Miracema**. Tocantins: Universidade Federal do Tocantins, 2010.

PPC/ UFT. **Projeto Pedagógico do curso de Serviço Social e as Questões da Terra do campus de Miracema**. Tocantins: Universidade Federal do Tocantins, 2018.